

Por uma comunicação insubmissa.  
*Movimentos sociais e redes populares na Web: Os grandes  
desafios do presente*

---

Nilton Jose dos Reis Rocha  
2011

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global  
Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia  
Universidade de Coimbra

O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de  
Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC/ III, Nº 5, 2011  
<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n5/ensaios.php>

Em uma de suas peças mais geniais, Brecht recria um Galileu Galilei que alerta: ainda mais importante que as grandes descobertas científicas é permitir que sejam apropriadas pelas multidões. Sem que ninguém o previsse, a internet desencadeou uma revolução de alcance mundial e desdobramentos ainda imprevisíveis. A velha comunicação de massa, inaugurada com a invenção dos tipos móveis, por Gutenberg, está sob ameaça. Porque ao invés de se limitarem a consumir o que o oligopólio oferecia em escala inédita, os seres humanos deram-se conta de que a nova ferramenta lhes auxiliava a produzir conteúdos e - mais importante - permitia que circulassem por todo o planeta, agora sem necessidade do capital como intermediário  
(Martins e Dimantas, 2007)

### 1. Os novos (com)textos

Nem apocalípticos, nem integrados. Na contramão das duas tendências, que se batiam pelo mesmo projeto do pensamento único, marxistas e liberais, na esteira dos ideais de uma aldeia global, respirando e pensando no rufar de tambores dos grandes meios e sua indústria cultural - os imprecisos *mass media*<sup>i</sup> - Eco sugere, ainda que de forma leve, a existência de uma terceira via: nem a masmorra dos frankfurtianos nem a submissão de McLuhan. Um curioso prazer de uso que está em Benjamin e Brecht (Matellart *apud* Maldonado, 2002), e que contagia à mulher e ao homem comuns, vem atravessando o tempo e desmentindo, de certa forma, os dois lados.

Vícios e preceitos que, de alguma maneira, contaminam os críticos, os profissionais do jornalismo e os intelectuais que, temerosos, nunca foram capazes de perceber tais movimentos - os grandes ou os dissimulados nas práticas cotidianas - vindo dos vários sujeitos e de suas falas, com outro discurso sem pontos fixos de verdades duradouras. Ou seja, um paradigma novo que vem de mulheres e homens longínquos, multicolores, *una gente sencilla*<sup>ii</sup>, que, com suas ações diversas e mesmo contraditórias, devolve as esperanças de que

Los nuevos interlocutores estan en la calle y, sobre todo, en la lucha; los nuevos interlocutores son todos los otros: los explotados, los excluidos, los sin tierra, sin techo, sin partido, sin voz y sin rostro. Los que no estan, ni pueden estar, en las instituciones del poder. No se lanza llama instituciones a establecer reglas menos injustas o a escuchar los reclamos de la población sino se llama la sociedad (...) a organizarse para crear otro tipo de institucionalidad para inventar otras formas de organización social y para no aceptar la sumision en nignun terreno, en ningun lugar (Ceceña, 2002: 13)

Os movimentos sociais populares, na América Latina como se pretende compreender neste trabalho, não escaparam da euforia que trouxe a revolução tecnológica, no século XXI, a sua autodeterminação em termos informativos e comunicacionais. Além disto, dois outros aspectos reformam esta disposição para, da euforia à ação política: a Internet que tornou possível o florescimento de novos movimentos sociais e culturais em rede, e, o surgimento de um novo paradigma da comunicação compartilhada e participativa (Martins e Dimantas, 2007: 4)<sup>iii</sup>

A era da intercomunicação de Castells carrega, no seu ventre, também a era da dissidência (Halimi, 2007) ou uma cultura das favelas e das periferias que desbanca “os tradicionais mediadores da cultura” e passa de um mero objeto a sujeito dos discursos. A pergunta é como articulá-las com a reestruturação produtiva, que tem por centro o trabalho imaterial, a produção, fora das grandes corporações, de conhecimento, informação, comunicação e arte (Bentes, 2007). Uma esperança, porque rompe com a capacidade de capital<sup>iv</sup> - principal mecanismo pelo qual se exerce o poder de manipulação da mídia (Martins e Dimantas, 2007: 5). Ou seja, no mesmo sentido:

São cada vez mais frequentes os casos em que movimentos cidadãos servem-se da blogosfera, ou mesmo de telefones celulares, para difundir informações sonegadas pelos meios de mercado. A tendência vai se aprofundar, porque “a comunicação compartilhada está sendo recuperada pelos movimentos sociais”. “Falta pouco para que estes, e os indivíduos em rebelião, comecem a agir sobre a grande mídia, a controlar as informações, a desmentir-las e até mesmo a produzi-las” (Castells, 2006: 5).

A reação do capital e das elites, de modo especial na América Latina, a qualquer fluxo autônomo de bens simbólicos estimula uma hipótese introdutória: o simbólico como campo decisivo nas disputas pela gestão (e controle) dos interesses coletivos, onde a comunicação desempenha um papel fundamental na distribuição de leituras do mundo que, como sabe, compõe as estratégias do capitalismo cognitivo na atualidade. Não basta, nestas estratégias, ter o monopólio de propriedade dos meios, é preciso impedir os outros fluxos, os portadores de outros conteúdos e outros sentidos, de outras possibilidades e numa esperança não-hegemônica. Dizer a palavra é dizer o mundo (Freire, 1978)

Esta garantia apresenta um elemento desarticulador: outro circuito, por onde passam informações, bens culturais e conhecimentos *outros* que, pela descentralidade e anarquia articuladora ameaçaria todo controle absoluto sobre a sua circulação em escalas locais, nacionais e globais. Um processo silencioso, não televisionado, que provocara mudanças profundas na sociedade (Martins, 2007a e 2007b). O que levaria a uma hipótese central de que uma nova ordem mundial, solidária e não-

hegemônica, passa necessariamente pela insurgência de uma comunicação popular, independente e cosmopolita.<sup>v</sup>

## 2. Alguns pressupostos - o que se pensa a respeito

Do ponto de vista teórico, portanto, existem contribuições consistentes que, na contramão generalizada das ciências sociais, estabelecem uma relação entre o papel dos chamados media, seu caráter como corpo autônomo nas sociedades e, claro, seus reflexos sobre a cidadania (Mendes, 2004: 147). Isto, claro, sob o prisma da autonomia do sujeito, cria alguns embaraços com os quais seria interessante dialogar. Ou seja, lançar luz sobre os limites novos que, as práticas desse sujeito, insubmisso, mais que criar um campo de denúncia, impõem a subversão ou não da lógica do próprio modelo social.

No entanto, o autor reconhece, com base nos conceitos de comunidade de destino e cidadania imperfeita de Balibar (*apud* Mendes, 2004), que, na prática, eles se alongam e, como a sociedade de onde se despreendem, não são fixos, rígidos. Enquanto o primeiro, na sua base territorial, vai do edifício à rua, ao bairro e chega à terra como um todo; o segundo depende de práticas, processos não estáveis e, tão pouco, pré-definidos. O que, de certa maneira, retira a sinuca que, aparentemente, se mergulharia, pois a emancipação pressupõe a plena autonomia do político, que o sujeito social corporiza.

A síntese dos conceitos de comunidade do destino e cidadania imperfeita permite-nos pensar a esfera pública como atravessada pelo peso e contradições das subjetividades individuais e políticas. Citando Balibar, 'a esfera pública, na realidade, mais não é do que uma representação objectivada e universalizada, um controlo colectivo, um campo de comunicação das 'paixões e interesses' da sociedade (Balibar *apud* Mendes, 2004: 148).

É evidente que a existência de vínculo desta estrutura mediática, como se convencionou definir, à estrutura político-econômica que, pelo uso e controle, tenta impor sua lógica hegemônica um tanto perversa ao conjunto das sociedades. Afinal, a partilha do mundo geopolítico coincide com a sua divisão também para a cobertura das grandes agências, criadas em meados do século XIX, vinculadas à lógica eurocêntrica inicialmente e, depois, aliada também aos interesses norte-americanos. Ou seja, o colonialismo informativo está na base dos outros colonialismos que se tem conhecimento. Mas, como reconhece Mendes, "os media constituem um poderoso aparelho ideológico" (2004: 153).

Importante destacar que M Mendes, embora reconheça o caráter mobilizador desses *media* considera que seria possível um trabalho de desconstrução dos discursos jornalísticos aliada à exigência de visões alternativas. O que, segundo ele, exigiria uma sociedade civil organizada, com grau de mobilização social e político específico. Mais que isto: o trabalho jornalístico tem um aspecto pouco visível em seu cumprimento ideológico: o não-dito. Que, com eficiência (des)informativa, está nos editoriais, nas colunas ou na posição clara sobre determinados temas.

De fato, se poderia dizer, encaixando-se numa prática social, que o autor considera os *media* componentes centrais nas democracias, porque permitiriam a veiculação, complexa e contraditória, das temáticas e problemas das sociedades em que se inserem. E que seria possível, no campo jornalístico, outras vozes a tecer novos laços e novas definições de cidadania. Ou seja, os contradiscursos e contrapúblicos, ainda que de forma efêmera, permitiriam “criar a oportunidade de projectar vocabulários outros e, numa dinâmica de conflito, pensar alternativas para a construção de um mundo comum, que não consensual” (ibid: 157)

## 2.1. Por outras práticas comunicativas?

Downing, por seu turno, embora se utilizando do conceito “meios alternativos radicais”, não se distancia muito ao, de um modo inovador, não situá-los como uma prática marginal - e pouco eficaz - dentro das sociedades contemporâneas e os vincula à cultura popular, com as contradições entre poder, hegemonia e resistência; com as esferas da verdade e da mentira e do diálogo, bem como da intrigada relação entre democracia e comunidade. Ou seja, retira os meios de comunicação do isolamento que as teorias condenaram, porque, para ele, a cultura popular se entrelaça em grande medida com a cultura total, plural (Downing *et al*, 2002).

Retoma, ao se referir a Adorno e Horkheimer e seu conceito de rejeição à indústria cultural e seus produtos, e se aproxima de Martin-Barbero que, apontando uma relação de dois pólos, enxerga uma razão principal para o sucesso da cultura total produzida com o comércio dos bens simbólicos produzidos pelas culturas populares. Em outras palavras, o *popular-massivo* (Martin-Barbero 1985: 50), se refere ao vigor das culturas populares que, se impondo pela força de suas criações como o samba e o chorinho, saem da posição de produção cultural do morro, dos pobres e negros, para ser tocados com destaque nos meios convencionais de comunicação, uma esfera sob controle das elites.

Embora apontando os limites desta cultura, capaz também do machismo, do racismo, vai acrescentar que a cultura popular é maior que a cultura de oposição, “dentro da

história, sem dúvida, consideravelmente maior”. E, reclamando a noção da *longue durée*, de Peter Burke, um tempo longo para se compreender os processos de construção das culturas na história, o autor critica a frágil tentação das teorias de comunicação ou os estudos dos *media* apenas do ponto de vista do momento contemporâneo. O que leva a outra questão importante: os meios alternativos e culturas de oposição não são efêmeros e, tão pouco, não têm pertinência (Downing *et al.*, 2002).

Para Downing, entretanto, mais importante que o acesso a rádios e tvs comunitárias, a questão central, que se relaciona com a questão do poder, é o papel dos movimentos sociais neste processo e os desafios na construção de novas dimensões de um diálogo destas práticas sociais nas esferas da comunicação social, alternativa ou radical.

O que, de certo modo, contribuiria para um poder contra-hegemônico. Muito mais que uma mera resistência. Porque, os *media* radicais hoje são um conjunto enorme de atividades que vão da rua e seus murais, passando pela dança e canções que utilizam o rádio, o vídeo, a imprensa e a Internet. A outra parte esquecida, como diria Thompson. Mas vai além disto:

A Internet mudou, também, os modos de produção e gestão política do conhecimento, descentralizando estes processos. Graças a ela, já não dependemos apenas da boa vontade do mercado, da burocracia, dos grandes meios de comunicação de massa, da indústria editorial, do marketing, das “modas” impostas pelos supostos “centros” de produção acadêmica - Europa e EUA - e dos grupos de poder intelectual para produzir e divulgar idéias, nem, mais do que isto, discuti-las e reelaborá-las junto a um grande número de pessoas em todo o mundo. Esta mudança tem conseqüências não apenas nos modos como se realiza o trabalho intelectual, como também no lugar ocupado pelos intelectuais na sociedade (Lemos *et al.*, 2004: 2)

No entanto, se apoiando sobretudo nos pressupostos sinalizados por Mendes e Downing, este esforço de reflexão considera que o desenvolvimento da web, como um fenômeno recente, ao abrir o caminho para as redes em dimensão global, não só confere uma visibilidade aos movimentos sociais de forma inovadora, como estabelece um tipo de desafio ao poder das mídias convencionais (Benet, 2003; Castells, 2006). Pois insere estas práticas num campo de confronto/construção de outra ordem “simbólica e semântica”, como é o caso dos zapatistas (Ming, 2003), e, ao mesmo tempo, permitiram, com o Linux<sup>vi</sup>, a criação do primeiro bem, eficaz e competitivo, criado num modo de produção não capitalista (Martins e Dimantas, 2007: 4).

### 3. Comunicação e lutas urbanas, a rebeldia nas práticas sociais

#### 3.1. Quando a gente de campo chega à cidade, o início desconcertante

Este texto, para não navegar no vazio das suposições, se inspira numa proposta anterior de pesquisa e, ao mesmo tempo, de aprofundamento sistemático sobre a ligação entre comunicação e os movimentos sociais populares, e tem suas bases em um longo processo de observação compartilhada, que se inicia nos conflitos urbanos de 79/91, na cidade de Goiânia, originários na determinação da gente do campo que, em levas, decidiu ocupar e transformar o direito do uso ao solo urbano.

Nos seus embates, esses camponeses *chegantes* descobrem, na cidade, que o universo da comunicação era, de fato, uma esfera tão decisiva como o sonho da posse da terra e o direito à moradia. Uma percepção nova de que a esfera do simbólico, do não tocável, é que sustenta ou camufla as outras esferas do mundo concreto e, até então, injusto e violento. Portanto, também campo das batalhas fundamentais no cotidiano.

É preciso travar e ganhar também a batalha da informação. Nós, que já conquistamos a terra, temos agora esta nova batalha, a da informação que também precisa ser compreendida e vencida (Azevedo, um posseiro, *in* Rocha *et al*, 1986; e Rocha, 1990: 171).

Dos métodos de ocupação do solo urbano, ao jornal *Quatro de Outubro- a luta pela posse da terra*, à TV Ambulante, ao teatro popular, às rádios livres comunitárias. Tendência petulante, àquela altura, considerando o ambiente de repressão, com Lei de Segurança Nacional<sup>vii</sup>, e custo elevado para sustentar tais possibilidades. O que levaria essa gente, pobre e com pouco conhecimento da escrita, a se preocupar com comunicação?

A reforma urbana, para esses novos moradores da cidade, passaria, sem dúvida, pela *reforma agrária no ar* (Negri *et al*, 1987). As disputas pelo concreto, da escola à casa, da cultura à cidadania, passariam pela capacidade de mobilização e sedução do todo social de que suas idéias e reivindicações eram justas e realizáveis. Os embates, então, se dariam nos enfrentamentos com a polícia/justiça e na comunicação cotidiana.

Clareza oportuna que abre um caminho vasto ao futuro. As conquistas espalharam a inquietação, como pólvora, nas camadas periféricas: mais de 100 áreas de *posse* (ocupação) com um terço da população naquele momento, quatro rádios livres comunitárias no ar, uma tv comunitária, um jornal e dezenas de boletins. Na esfera do invisível, a revelação, as artimanhas e o oxigênio de continuidade, enquanto movimento e cultura.

Nos seus passos, brotam os projetos com meninos e meninas em situação de rua, escolas públicas, portadores de necessidades especiais visuais, auditivas e mentais e de hanseníase, movimento negro e quilombolas, desempregados, prostitutas, homossexuais, vítimas do Césio-137<sup>viii</sup>, trabalhadores sem terra e povos indígenas, religiosidade popular e sua teologia libertária, donas de casa, sindicatos, movimentos de bairro e a melhor idade.

A comunicação subvertida. Ela como ambiente fundamental de lutas cotidianas e dos embates simbólicos decisivos. Os posseiros urbanos, na clarividência de seus poetas e poetisas, fotógrafos, contadores de história, repentistas, jornalistas, cinegrafistas, escritores e dramaturgos, edificaram uma *outra* comunicação independente, democrática e, ainda que não tivesse sido definida, decididamente não-hegemônica. Dois ambientes - humanos e tecnológicos - oferecerão as bases e os elementos de estímulos teóricos a este trabalho: o projeto dos posseiros urbanos (79/91) e o complexo *Magnifica Mundi* (webtv, webrádio e rádio comunitária), a articuladora momentânea da rede e do diálogo universidade-dinâmica social, e suas dimensões locais, latino-americana e planetária. Uma nova maneira de se fazer sujeito da política, ainda que incompleta (Mendes, 2004).

### 3.2. A questão a compreender

Do primeiro, como elementos concretos para qualquer formulação, a capacidade de compreender o significado e auto-gerir um eficiente sistema de comunicação, como elemento central das lutas simbólicas a travar; da segunda, o esforço - sustentado também numa inquietação teórica - em costurar relações de troca e de diálogo numa rede de comunicação planetária, mas com bases comunitárias localizadas.

Esta revolução no fazer é que senta as bases de toda a possibilidade, ainda que apenas teórica, de uma comunicação eficiente e emancipadora e, também, de toda a articulação social que, germinando nas suas contradições, avanços e recuos ao longo de 20 anos, se reencontra agora, duas décadas depois, para a construção de uma outra experiência solidária e coletiva, uma rede de comunicação popular.

Que mais haveria entre cidade e campo, além da apropriação da mais valia material e simbólica? E, afinal, o movimento social popular teria fôlego, no tempo-espaço, para transformar sua bem sucedida experiência, nos anos 80, em uma plataforma de ação política mais abrangente, envolvendo outros setores, até consolidar, de fato, uma rede de comunicação com ambições e eficiências planetárias?

Na junção, portanto, da primeira etapa, a da emergência destes novos sujeitos sociais, e esta nova etapa, a das redes solidárias de comunicação e vida - da

articulação dos sujeitos sociais, dos fragmentos de seu espaço urbano/rural, e do imaginário popular, talvez a resposta, como a superação da ferida histórica da negação e a definição de outras formas de auto-estima social, de inclusão e de cidadania.

A capacidade de articulação social que a comunicação possibilitou aos posseiros urbanos ensina que ela não só é possível, ainda que um processo longo e difícil, mas que dela depende não só as possibilidades das conquistas sociais e da cidadania, como o viés seguro da emancipação social, em termos específicos do direito aos direitos e ainda rumo à uma outra globalização (Santos, 2006: 192)

(...) não podemos falar, nesse caso, de uma totalidade, mas antes de articulabilidade do que é fragmentado em termos de uma necessária lógica de inclusão, que faz parte do esforço cognitivo para ampliar os espaços de possibilidade do sujeito... A articulabilidade assenta na possibilidade de, a partir do fragmentário e do particular, com base em relações necessárias, dar forma a um horizonte de sentido mais rico em alternativas de construção pelos sujeitos (Zemelman, 2004: 467).

Esta ação articulada e articuladora, nos anos 80, desembocará em ações múltiplas, como teias aparentemente isoladas, sobre as realidades na cidade e no campo. Os movimentos, na longa caminhada, desaparecem ou se auto-transformaram e se reencontram agora, no século XXI, ainda que com práticas e discursos diversos, para tecer os fios visíveis na rede e, a partir daí, repensar as formas solidárias de existência e continuidade.

Neste sentido, a tese de Escobar, “os produtores de conhecimento não-acadêmicos parecem estar na dianteira” (2004: 642), chega em socorro oportuno. Aí, uma das esferas a fornecer hipóteses neste projeto futuro, se for o caso. O desafio é dar conta das concretudes essenciais das sociedades. Assim não se “deseja acrescentar as redes sociais à teoria social, mas reconstruir a teoria social a partir das redes” (Latout *apud* Escobar, 2004: 644).

### **3.3. Os sonhos de falar a todo mundo. Ou: quem tem ouvido, que ouça; quem tem boca, que fale.**

Rede de comunicação. Melhor, redes. Este debate, que ganha corpo mais robusto com o advento da internet, tem suas sementes lançadas no seio dos movimentos sociais populares nos rastros das lutas sociais do Brasil, no final dos anos 70 e início dos 80, do século passado. A tentativa de isolamento imposta convivia com a implantação, numa estranha parceria com o grupo *Time-Life*, do arrogante projeto nacional da *Rede Globo*.

O sistemático controle da livre circulação da informação, das idéias e conhecimentos - feita pelos regimes militares no país e na América Latina - na realidade, tem dois aspectos curiosos e aparentemente contraditórios: de um lado, a compreensão de que era preciso construir alianças para se romper o cerco da censura; de outro, os jornalistas, também cerceados, descobriram os movimentos sociais populares como parceiros fundamentais.

Ao lado do "jornalismo de catacumba"<sup>ix</sup>, organizado e vigoroso nas comunidades eclesiais de base da teologia da libertação, a imprensa alternativa não só marca bem os níveis dos conflitos entre poder do estado militar e as camadas sociais, como permite a descoberta de que a comunicação e seus conteúdos simbólicos, da informação ao conhecimento, cumprem nas sociedades capitalistas, como era o caso, um papel estratégico central para a manutenção ou derrocada de determinados governos e, sobretudo, projetos de sociedade que escapem ao rígido modelo liberal. Mas a anistia geral e irrestrita em 1979, e o fim do regime militar quatro anos depois, escancaram as contradições do projeto da chamada Segunda República que, construído pelas elites políticas e econômicas, repetiria os vícios da primeira: os pobres, da cidade e do campo, e o interior mais uma vez ficariam fora dos temas pactuados. Traduzindo, a informação e as esferas do simbólico continuariam como campo de disputa, agora sem as alianças emergenciais dos tempos mais duros do regime.

Antes, a mídia convencional que, na oposição aos militares, namorava tais movimentos com cobertura sistemática sobre os conflitos no campo, questões indígenas. Com a anistia, jornais e jornalistas retornaram ao curso normal das coberturas rotineiras determinadas pelo projeto de crescimento e condenaram, ainda que involuntariamente, estes grupos populares a um esquecimento ou como refratários do que se denominava progresso.

No entanto, a compreensão de a parceria com a mídia e seus jornalistas diluíra no ar, e a imprensa alternativa, com papel marcante em determinado momento, não resistiria por falta de um projeto consistente que compreendesse o significado dos circuitos de fora da lógica do capital. Ou seja, a comunicação como uma questão estratégica e não apenas ferramentas ou muletas pontuais de divulgação ou mesmo de mobilização.

As lutas sociais, urbanas e rurais, foram percebendo lentamente, graças a contribuições estratégicas como a dos posseiros urbanos da cidade de Goiânia, que a esfera da comunicação era, sem dúvida, fundamental agora por mais uma razão: a

repressão ao movimento de rádios livres comunitários e seu enquadramento como crime contra a segurança nacional. Esfera de combate e agora também de controle. Talvez aí a maior contribuição dos movimentos sociais populares à necessidade de se reformular conceitos e práticas, no sentido de estabelecer, pelo menos como princípio, o fim dos monopólios no controle e na gestão do grande capital cognitivo e simbólico produzido pelas sociedades e seus movimentos e colocá-lo à disposição de um ou outros projetos de emancipação social e simbólica.

Ao lado da aprovação da lei de radiodifusão comunitária, 1996, também regulamentada, o quadro é surpreendente com cerca de 1.300 emissoras autorizadas; mais de 15 mil solicitações aguardando, anos a fio, a liberação nos corredores do Ministério da Comunicação; outras 10 mil que sofreram a repressão da Anatel<sup>x</sup>, da polícia federal e da justiça. O mais estranho é que, no momento, a repressão é feita exatamente a partir da própria lei (Coelho, 2002).

Ainda assim, o movimento dos posseiros urbanos constrói possibilidades concretas como elementos determinantes nas suas lutas cotidianas pela posse da terra e a redefinição das políticas para o solo urbano, com seu jornal *Quatro de Outubro - a luta pela posse da terra*, inúmeros boletins, vídeo comunitário e sua *TV Ambulante* com primeira câmara portátil e em cores da cidade, grupos de teatro, escolas populares, cantores e poetas, além de quatro emissoras livres comunitárias.

O mérito do movimento não está apenas no desafio à lei de segurança nacional e o início do movimento de rádio livre comunitárias no Estado de Goiás e um dos primeiros do Brasil, mas na compreensão, no final dos anos 70 do século passado, de que as ações de comunicação são esferas de embates decisivos pelo projeto de cidade solidária e de atuação política. Compreensão que vem da metodologia participativa que se utilizava no projeto de construção do movimento e de suas lutas.

O que caracteriza um jornal ou uma rádio comunitária é a metodologia de produção e participação das pessoas nesse processo. Falar de temas comunitários não garante a apropriação coletiva na produção e distribuição da informação. Tão pouco esse estranho caráter comunitário assegura, em si mesmo, a democracia no acesso ao texto ou ao microfone. Se é para ter um padrão da notícia, não precisa inventar mais nada (Rocha, 1998: 5).

Para estes sujeitos sociais populares, ao enfrentar lutas simultâneas - pela terra e moradia, educação e trabalho, direito à cidade e a uma cidadania - em tempos de muitos riscos, foi fundamental compreender que se travam várias frentes de uma mesma luta: a emancipação social. O que implica emancipar-se da dependência informativa dos media. É crucial, portanto, entender que a lógica do latifúndio determina a concentração da terra, das riquezas e dos meios de comunicação. Daí, a lembrança de que "Era preciso travar e ganhar também a batalha da informação".

### 3.4. Da desobediência e do diálogo como todo social

Um ponto central nesta reflexão é situar e compreender a dimensão desta visão antecipada dos posseiros urbanos, na cidade de Goiânia, a coisas que só se tornaram mais visíveis com a emergência dos meios digitais de comunicação e informação que, com muita facilidade, agregou novidades aos processos de produção e circulação de mercadorias materiais e simbólicas (Lemos *et al*, 2004: 5).

O mérito maior talvez seja visualizar que o novo modo de produção, com bases no paradigma comunicação-informação, introduzia possibilidades ainda não realizadas àquela altura. Algo que viria exigir um esforço para além do conceito teórico e isolado. Só se realizaria se permitisse outros “métodos, procedimentos, afetos, paixões e práticas culturais” (Lemos *et al.*, 2004: 5). Em resumo, um campo de comunicação das “paixões e interesses” da sociedade, sem dúvida (Balibar *apud* Mendes, 2004: 148).

Ou seja, a comunicação não está desvinculada da vida, do todo. Ela passa a se constituir elemento de ligação entre as demandas materiais e imateriais das comunidades de seres. Ao incorporá-la no cotidiano, transforma-se em práticas fundamentais de organização e mobilização sociais, bem como eixos centrais na construção de uma outra cidadania e de um outro modelo de democracia que se distanciam dos limites garantidos pela visão capitalista-e-neoliberal.

Comunicar, portanto, é muito mais que distribuir informações ou falas. É articular a produção de informação, de bens culturais e de conhecimentos e fazer a sua distribuição, articulada e articuladora, para o todo social. Da paróquia à cidade, da comunidade ao planeta. O projeto dos posseiros, construído das reduzidas experiências localizadas nas posses urbanas periféricas, se legitima porque recoloca a cultura como plataforma predileta de práticas sociais e de intervenção popular no âmbito da cidade. Ela também é campo de conflitos.

Hall, por exemplo, se fixa, de forma oportuna, no Estado a quem, no papel de gestor de interesses “do mercado” ou “do poder”, cabe, na sua função reguladora, estabelecer o controle sobre a esfera da comunicação e do simbólico, assim, facilitar a governação pela cultura. Ou seja, “a cultura e a mudança cultural são *determinadas* pela economia, pelo mercado, pelo Estado, pelo poder político ou social, no sentido *forte* da palavra” (1997: 7-22). Em resumo, o que não é assimilado pode ser reprimido?

No conflito legalidade e legitimidade, Ceceña (2002) lembra que “la aplicación de la electroinformática en el proceso de reproducción material de la sociedad, cómo núcleo tecnológico básico” cria as *condições objetivas* para ações articuladas, se

utilizando das mesmas bases nos campos da cultura e da circulação de bens simbólicos, para construir uma prática comunicativa contra-hegemônica. Afinal, “os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido” (Hall, 1997).

Evidente que os meios digitais ampliam as possibilidades desse projeto, ainda que a inclusão digital esteja mais na pauta dos movimentos sociais do que na das políticas públicas, pois se alargam em demasia com o fim de monopólios na esfera do simbólico. Este confronto entre modelos culturais está no coração das sociedades contemporâneas. E, se o Estado assume a defesa do mercado e do poder, só cabe aos movimentos sociais populares um único caminho: a desobediência civil, a rebeldia. O movimento de rádios comunitários ou livres, na América Latina, salvo as exceções, revela bem o seu alcance em termos políticos e de mobilização social, além de fixar bem que a comunicação, enquanto emancipação, escapa muito aos limites determinados pela lei. O seu casamento com a internet, no sentido das redes silenciosas, abre, de fato, um campo vasto e inteiramente novo de ambições teóricas e práticas que, se ainda não realizadas de todo, desnuda também os limites rígidos e insuficientes com que o debate sobre comunicação e democracia são feitos.

(...) cultura que se cria com as práticas sociais nos meios digitais, a cibercultura, caracteriza-se pela descentralização da produção material e simbólica, bem como dos processos de comunicação e informação. Insistimos em dizer que a democratização, que significa acesso “da maioria” ao meio, é um conceito insuficiente quando falamos de meios digitais e cultura contemporânea. A democracia - como observou Robert Kurz,<sup>x1</sup> - é o projeto da cultura de massas, e muito de totalitário aí se oculta. Optamos pelo termo *descentralização*, por entender que é a descentralização da produção do conhecimento e dos focos “emissores”, por assim dizer, de mensagens que caracteriza as práticas da cibercultura - e, antes dela, as das culturas populares - o que pode permitir o rompimento das estruturas burocráticas e autoritárias vigentes nas nossas “melhores” democracias (Lemos *et al*, 2004: 5).

Que possibilidades realizáveis o ciberespaço e seus caminhos agregados na web asseguram, de fato, aos movimentos sociais populares? Parecem muitas. O que permitiria a eles uma opção bem clara: a ofensiva em termos simbólicos, como diria Carlos Nuñez Hurtado (1998). Construir uma ampla autonomia para organizar a produção e a distribuição de bens culturais, da informação e do conhecimento. De certa forma, enterrar a decantada mediação que, na realidade, atrasou muito esta busca.

Houve sempre, dentro da história, uma convicção, da qual a academia foi peça importante nesta formulação, de que a gestão dos meios de comunicação deveria pertencer, com exclusividade, às elites. E, às duas partes, a co-gestão intocável da esfera simbólica, em nome da humanidade como um todo. As práticas populares,

num sentido inverso, e o PLC, banda larga via rede elétrica e o computador a 100 dólares<sup>xii</sup>, dão conta exata do que está por vir, num futuro próximo.

#### 4. A morte, sem glamour, do que um dia foi o fetiche da notícia como mercadoria.

Para jamais se encontrar do outro lado da barreira (“*pour ne jamais se retrouver de l’autre côté de la barrière*”) é a inquietação de um comentário de Moulier à edição de um livro de Tronti (1977) e que, curiosamente, já enxergavam pistas deste mundo onde os limites do capital, na livre circulação do dinheiro e dos bens culturais, não se assentariam mais sobre o cadáver “*de la bonté ou de la beauté*”, da bondade ou da beleza. Assim, como estava acostumado, em águas tranqüilas.

A maré parecia tão favorável que houve teóricos antevendo o fim da história (Fukuyama, 1992; Anderson, 1992) ou falando dos imensos grupos descartáveis na humanidade. Simbolicamente, na seqüência, o projeto das elites, que controla o capital, parecia reinar absoluto, sem derivas ou vazios, nos braços de uma bem sucedida globalização de todos os sonhos, cujas bases invisíveis, para garantir apropriação também da riqueza visível, eram os sistemas de comunicação como ferramentas de guerra (Ramonet, 2007).<sup>xiii</sup>

Na década de 90, Halimi, no entanto, está entre alguns que começam a refletir, com mais autonomia e também de ponto de vista da academia, sobre o papel dos meios de comunicação nesta questão. Um passo atrás, talvez. Na teia que levaria aos *cães de guarda*, faz uma referência simpática aos jornalistas que, no seu ofício, confortariam os que vivem na aflição e afligem os que vivem no conforto, numa armadilha para “mostrar uma realidade social e política para servir aos interesses dos senhores do mundo” (1999).

“Cutuca ainda, com vara mais curta”, os chamados movimentos contestatórios ou anticapitalistas, que passam mais tempo solicitando espaço nos media capitalistas, para defender suas idéias, do que no trabalho de educação popular. Mas, ao fazê-lo, aponta os contornos melancólicos, e bem definidos, onde as práticas do romântico ofício de ser jornalista terminou. Os meios dominantes não são mais somente *des relais ideológicos* da mundialização capitalista<sup>xiv</sup>: eles são, de fato, atores em primeiro plano (Halimi, 1999).

Na realidade, fazia parte da estratégia repetir, até à exaustão, que o seu charme reluzente era suficiente para abocanhar todas as possibilidades e que caberiam a eles o destino manifesto e exclusivo de formar opinião, de conduzir multidões. E, por fim,